



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 30 de Abril de 2009 (05.05)
(OR. en)**

9265/09

COPEN 79

NOTA

de:	Ministro da Justiça dos Países Baixos, E.M.H. Hirsch Balin
para:	Conselho da União Europeia
Data de recepção:	7 de Abril de 2009
Assunto:	Decisão-Quadro do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia – Declaração dos Países Baixos

Junto se envia, à atenção das delegações, uma declaração dos Países Baixos relativa à decisão-quadro referida em epígrafe.

Ministério da Justiça
Postbus 20301 2500 EH Den Haag

Exmo. Sr.
Presidente do Conselho de Ministros
da União Europeia
Rue de la Loi 175
1048 Bruxelas

Data: 24 de Março de 2009

Assunto: Declaração a título do n.º 2 do artigo 28.º da Decisão-Quadro 2008/909/JAI

Em 27 de Novembro de 2008, o Conselho de Ministros da União Europeia aprovou (como ponto "A") a decisão-quadro do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia (2008/909/JAI, JO L 327).

O n.º 2 do artigo 28.º da referida decisão-quadro determina que, mediante uma declaração feita no momento da aprovação da decisão-quadro, qualquer Estado-Membro pode indicar que as novas regras da decisão-quadro só serão aplicáveis a sentenças proferidas após ter decorrido o período de implementação.

Durante as negociações relativas a esta decisão-quadro, os Países Baixos sempre defenderam a opção de que a decisão-quadro apenas fosse aplicável aos casos futuros. A opção proporcionada pelo n.º 2 do artigo 28.º foi incorporada a pedido dos Países Baixos, entre outros. Esta opção constituiu, no entender dos Países Baixos, um elemento importante do acordo político alcançado para esta decisão-quadro nas reuniões do Conselho JAI de 4 de Dezembro de 2006 e 15 de Fevereiro de 2007.

A decisão-quadro foi colocada em pontos "A" tão pouco tempo antes da reunião do Conselho JAI de 27 de Novembro de 2008, que se tornou impossível seguir os procedimentos internos para a preparação deste ponto da ordem do dia do Conselho. Isso conduziu a que os Países Baixos não tenham apresentado, no momento da aprovação da decisão-quadro na reunião do Conselho JAI de 27 de Novembro de 2008, uma declaração a título do n.º 2 do artigo 28.º da decisão-quadro. Todavia, os Países Baixos comunicaram, por ocasião do Conselho JAI de 4 de Dezembro de 2006, na qual foi alcançado o acordo político, que fariam a respectiva declaração na matéria. Considero, pois, que essa comunicação pode ser entendida como tendo produzido efeito no momento da aprovação da decisão-quadro em 27 de Novembro de 2008. Para efeitos da necessária publicação no Jornal Oficial da União Europeia, junto envio o texto da referida declaração.

Declaração dos Países Baixos a título do artigo 28º da decisão-quadro

Nos termos do n.º 2 do artigo 28.º, os Países Baixos declaram que nos casos em que a sentença definitiva tenha sido proferida antes de passados três anos da data de entrada em vigor da decisão-quadro, os Países Baixos continuarão a aplicar, quer como Estado de emissão quer como Estado de execução, os instrumentos jurídicos existentes em matéria de transferência de pessoas condenadas já aplicáveis antes da presente decisão-quadro.

O Ministro da Justiça

(assinatura ilegível)